

Militar não reage à tese de Lysâneas

A proposta de projeto de decisão anunciada pelo deputado Lysâneas Maciel, do PDT do Rio, para impedir manifestações políticas dos militares, sobre temas em exame na Constituinte, foi recebida com naturalidade pelos assessores parlamentares das Forças Armadas, naquela assembléia.

Nenhum desses assessores quis comentar especificamente a iniciativa de Maciel, mas um ex-assessor admitiu que o parlamentar fluminense parece estar querendo ganhar notoriedade às custas de um eventual incidente político-militar. Dentro desse raciocínio, conforme explicou, é quase certo que ninguém, em nome dos ministros militares, fará qualquer pronunciamento sobre o assunto.

Quanto à reclamação de Maciel, sobre supostas interferências dos militares na Constituinte, um dos assessores das Forças Armadas reconheceu, informalmente, que estas têm posição conhecida sobre vários assuntos de seu interesse.

Por sinal, a estratégia dos ministros militares, nessa questão, tem sido a de manter contatos diretos com os constituintes, para uma troca de idéias a mais aberta possível, a respeito dos vários temas de interesse das Forças Armadas.

Temas

A propósito, de acordo com informações de líderes e próceres dos vários partidos que já se avistaram com os ministros militares, existiriam pelo menos dez temas de natureza constitucional, do interesse das Forças Armadas.

Em primeiro lugar, destaca-se a anistia aos militares punidos pelos atos institucionais. Consideram os ministros, injustificável a ampliação dessa anistia, seja para permitir que os punidos recebam salários atrasados ou para fazê-los retornar aos quadros ativos do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Outro tema que sofre objeções, na visão dos ministros, é o da criação do Ministério da Defesa, em substituição aos ministérios correspondentes a cada uma das três Forças.

Também se contesta a tentativa de modificação das finalidades atuais das Forças Armadas, entendendo-se que estas devem zelar, igualmente, pela ordem interna e pela soberania nacional. No que depender das Forças Armadas, não se admitirá, também, a criação de uma nação indígena na fronteira Norte do País, para os índios ianomani.

Por fim, alguns líderes que já se avistaram com os ministros militares ficaram com a impressão de que estes discordam, ainda, em caráter pessoal, da extinção do SNI.